

LEGADOS DAS RIBEIRINHAS DO VELHO CHICO: AUTOETNOGRAFIA DE UMA BEIRADEIRA

LEGACY OF THE RIVERSIDE OF THE VELHO CHICO: AUTOETNOGRAPHY OF A RIVERSIDE

LEGADO DE LA ORILLA DEL VELHO CHICO: AUTOETNOGRAFÍA DE UNA ORILLA

Diana Leia Alencar **da Silva**^{1*}, Elaine Pedreira **Rabinovich**¹

¹Universidade Católica do Salvador

*Autor para correspondência E-mail: dianaleia.silva@ucsal.edu.br

Recebido: 29.08.2023 Aceito: 05.10.2023

RESUMO:

Este artigo tem o intuito de relatar um processo de transmissão de saberes históricos, sociais e culturais protagonizado por mulheres ribeirinhas no cotidiano vivido à beira do Rio Grande, mais precisamente no trecho de um município baiano localizado no território do Velho Chico. Este rio é um *lócus* de trabalho para a população local e se relaciona fortemente à sobrevivência das pessoas que habitam em suas margens, ao longo da história do município. Os saberes relatados são aqui considerados como um legado ancestral às mulheres de diferentes gerações. O relato, que parte de narrativas oriundas da oralidade, é apoiado em uma autoetnografia e se fundamenta em reflexões sobre a importância das ribeirinhas, em um espaço geográfico afetivo de pertença. Os resultados das reflexões apontam que as mulheres ribeirinhas, nos encontros à beira do rio, compartilham, ensinam e desenvolvem habilidades associadas não somente à própria sobrevivência, mas às conexões que estabelecem com os territórios onde nasceram. Esses aprendizados e conexões emergem como importantes tanto quando se trata da valorização do legado das ribeirinhas e do fortalecimento dos vínculos afetivos e identitários que estabelecem com o rio, quanto dos cuidados relacionados à proteção e preservação das águas dos rios, indispensáveis às populações que habitam as suas margens.

Palavras-chave: Narrativas; Mulheres; Rio São Francisco; Rio Grande; Ancestralidade.

ABSTRACT:

This article aims at reporting a process of transmitting historical, social, and cultural knowledge carried out by riverside women in their daily lives along the banks of the Rio Grande, more precisely within a region of a municipality located in the territory of the São Francisco River, known as 'Velho Chico'. This river serves as a working environment for the local population and is closely tied to the survival of the people who have inhabited its shores throughout the history of the municipality. The shared knowledge is considered here as an ancestral legacy passed down to women of different generations. The report, stemming from orally transmitted narratives, is supported by autoethnography and is grounded in reflections on the significance of riverside women in an emotionally connected geographical space. The reflections' outcomes indicate that riverside women, during their gatherings by the riverside, share, teach, and develop skills associated not only with their own survival but also with the connections they establish with the territories of their birth. These learnings and connections emerge as crucial, both in terms of valuing the legacy of riverside women

and in strengthening the emotional and identity bonds they establish with the river, as well as in relation to the care for and preservation of river waters, which are indispensable for the populations residing along their banks.

Keywords: Narratives; Women; San Francisco River; Big River; Ancestry.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo informar sobre un proceso de transmisión de conocimientos históricos, sociales y culturales llevado a cabo por mujeres ribereñas en su vida cotidiana a lo largo de las orillas del Río Grande, más precisamente en una región de un municipio ubicado en el territorio del Río São Francisco, conocido como “Velho Chico”. Este río sirve como entorno de trabajo para la población local y está estrechamente vinculado a la supervivencia de las personas que han habitado sus orillas a lo largo de la historia del municipio. Los conocimientos compartidos se consideran aquí como un legado ancestral transmitido a mujeres de diferentes generaciones. El relato, que surge de narrativas transmitidas oralmente, está respaldado por la autoetnografía y se basa en reflexiones sobre la importancia de las mujeres ribereñas en un espacio geográfico conectado emocionalmente. Los resultados de las reflexiones indican que las mujeres ribereñas, durante sus encuentros junto al río, comparten, enseñan y desarrollan habilidades asociadas no solo a su propia supervivencia, sino también a las conexiones que establecen con los territorios de su nacimiento. Estos aprendizajes y conexiones surgen como elementos cruciales, tanto en términos de valorar el legado de las mujeres ribereñas como en el fortalecimiento de los vínculos emocionales e identitarios que establecen con el río, así como en relación con el cuidado y la preservación de las aguas del río, que son indispensables para las poblaciones que residen a lo largo de sus orillas.

Palabras clave: Narrativas; Mujer; Río San Francisco; Río Grande; Ascendencia.

INTRODUÇÃO

Sabe, corrigiram o curso do Mississippi em certos pontos para abrir espaço para casas e áreas habitáveis. Ocasionalmente, o rio inunda esses lugares. “Inundação” é a palavra que eles usam, mas, na verdade, não se trata de inundação: é rememoração. O rio rememora onde costumava estar. Toda água tem uma memória perfeita e está sempre tentando voltar para o começo. Escritores são assim: relembremos onde estivemos, que vale cruzamos, como eram os bancos de areia, a luz que lá havia e o percurso de volta ao nosso lugar original. É uma memória emocional — o que os nervos e a pele recordam e como tudo se parecia. E um jorro de imaginação é nossa “inundação”. (Morrison, 2020, p. 239).

As ribeirinhas ensinam que o rio, em seu movimento e ciclos incessantes, é sábio. Entre as calmarias e as enchentes, elas ensinam que a vida segue semelhante à corredeira das águas, ora aparentemente plácida entre margens conhecidas, ora insubmissa, para desaguar em um oceano desconhecido de saberes. Nesse movimento, seguimos por diferentes cursos e nos entrelaçamos

a outros percursos, mas, não por poucas vezes, guiados (as) pelas recordações, retornamos às nossas origens. Não é assim também com o rio? Suas águas, de “memória perfeita”, sempre o faz tentar retornar para onde antes corria, ainda que o seu curso original seja alterado (Morrison, 2020). É também no retorno às nossas origens, sem imprimir correções às lembranças (Morrison, 2020), que buscamos aqui discutir sobre os aprendizados legados por nossas ancestrais, nas margens do Rio Grande e do Rio São Francisco, dois rios que atravessam o território do Velho Chico. Neste espaço recebemos legados ancestrais que continuam a nos impelir a deslocamentos e a imprimir metamorfoses em nossa identidade sem que vislumbremos o fim. Não sem razão, cada uma de nós se constrói na mobilidade possibilitada por essas heranças para que nos tornemos o que somos, em um movimento que não rompe a conexão com o nosso lugar de origem, conforme destaca Morrison (2020), na epígrafe que abre este texto.

Para além do sentido corriqueiramente atribuído ao termo, a compreensão de território assume nestes escritos um sentido amplo, próximo à noção de um espaço de vidas, de silenciamentos, de conflitos e de anseios. Tal entendimento não é estranho, já que “o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa” (Guattari e Rolnik, 1996, p. 323). Estamos, de fato, em casa no Velho Chico, um território baiano localizado no nordeste brasileiro. Ali o próprio espaço incita e inspira o movimento, já que, na mesma medida, afasta e atrai também as pessoas que identifica como suas. Isso porque a escassez de trabalho remunerado e o descaso governamental ainda alimentam o êxodo dos(as) nordestinos(as) para os grandes centros urbanos, mas não exclui o desejo dos(as) nativos (as) de retornarem às suas origens.

É válido ressaltar que as ribeirinhas do território em questão sempre estiveram no ativo em se tratando do sustento e manutenção das famílias, ainda que as estatísticas do modelo social dominante invisibilizassem o seu lugar de mulheres provedoras ou co-provedoras nesta primeira instância de convivência humana. Como outras mulheres doceiras, bordadeiras, pescadoras ou agricultoras familiares, elas foram por muito tempo retratadas apenas como mães, esposas e donas de casa, tradicionalmente mantidas pelo homem, o chefe da família (Davis, 2016).

Interessa aqui também visibilizar que as ribeirinhas, na partilha dialógica do aprendido ou experienciado com outras mulheres durante o trabalho à beira do rio ou nas rodas de conversa em suas casas e em outros espaços de afazeres, desvelavam quadros do seu lugar de pertença e principalmente de existências femininas silenciadas. Em tais narrativas, os acontecimentos que “caem no colo” e que “chegam sem esperar” (Derrida, 2012), apontam para um tempo ancestral em movimento, que reclama e sustenta rupturas com lógicas e crenças responsáveis por inúmeras desigualdades e hierarquias, que inferiorizam e violentam uns, em proveito de outros. Este é o caso de nós, mulheres: as várias violências, traduzidas em feminicídios e diversas violações de nossos

direitos, se constituem em uma "pandemia na sombra", sentida não somente durante o recente período da COVID-19, no qual uma em cada quatro mulheres sofreu algum tipo de violência, mas durante a história ainda em curso (ONU Mulheres, UNFPA e ACNUR, 2022).

É, assim, em uma perspectiva aberta a diferentes aprendizados e narrativas do vivido, que emergem como necessárias outras formas de "escrever" o mundo (Evaristo, 2020a), ao se anunciar e denunciar o vivido e o sentido em diversos lugares sociais, por diferentes corpos, entre os quais se inclui, por vezes, o (a) do (a) próprio (a) narrador (a). Em tal contexto narrativas como as das ribeirinhas, registradas em tinta por elas ou por suas descendentes, se constituem em um importante legado, que podem ter reflexos não somente nas identidades das mulheres forjadas no entorno dos rios, mas também no "conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar em uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos" da sociedade como um todo (Guattari e Rolnik, 1996, p. 323). Diante dos silenciamentos impostos a segmentos emudecidos por múltiplas violências ainda naturalizadas socialmente, tais perspectivas são, certamente, importantes caminhos de cura (Evaristo, 2020a), edificados por pessoas que protagonizam outras formas de ser e de agir no mundo, conforme visto neste artigo.

. .

ROTA METODOLÓGICA

A autoetnografia, a estratégia metodológica na qual se fundamenta este artigo, é caracterizada pelo entrelaçamento de subjetividades, entre as quais está também o (a) pesquisador (a), aos contextos socioculturais nos quais se inscrevem. Como tal, ao abrir espaço para que os (as) autoetnógrafos (as) reivindicuem e escrevam as suas próprias vidas (Ellis e Bochner, 2000), a partir da inscrição reconhecida ou reclamada em um lugar social, histórico e identitário de uma coletividade ou coletividades, alimenta uma episteme do conhecimento, certamente mais aberta e plural (Versiani, 2005).

Coerente com os princípios que norteiam uma pesquisa qualitativa (Severino, 2007), uma vez que favorece a análise de informações complexas que emergem das relações humanas, a autoetnografia inaugura uma escrita de si que tanto visibiliza as estruturas de repressão do cotidiano (Ellis, Adams e Bochner, 2000) quanto as estratégias de resistência de pessoas e de grupos sociais invisibilizados na história. Neste caminho, tais escritos, que assumem por vezes a condição de "escrevivência" (Evaristo, 2020a), ressoam, agregam e conectam pessoas que tanto podem compartilhar uma realidade quanto se reconhecerem ou se identificarem em textos que engajam o

(a) leitor (a) para formas de ação e de participação pautadas na valorização da diferença e da diversidade, como uma possibilidade para a equidade, o respeito e a justiça social.

É válido também registrar que “não há uma única forma de se fazer uma autoetnografia e que ela não tem uma característica onto-epistemológica única. Existem autoetnografias performáticas, críticas, evocativas, colaborativas, entre outras” (Gama, Raimondi e Barros, 2021, p. 5). Nesses escritos, a narrativa situa e entrelaça o corpo às memórias do vivido e do sentido para produzir um texto que pode afetar e convocar o (a) autoetnógrafo (a) e o (a) leitor (a) a inscrições, ao unir o passado e o futuro e reclamar, em um movimento multidirecional, posicionamentos para o porvir (Raimondi, Moreira, Brilhante e Barros, 2020). Como membro do grupo FABEP/UCsal, que utiliza a Autoetnografia Colaborativa à Deriva como método de pesquisa, vivencio tais inscrições com o grupo.

O texto aqui apresentado, que parte do relato de vivências experienciadas por uma das autoras deste artigo ao lado de suas ancestrais ribeirinhas na segunda metade da década de 1970, tem a análise apoiada em uma breve revisão narrativa dos conceitos de território (Guattari e Rolnik, 1996; Bahia, 2007; 2016; SEI, 2018) e de ribeirinha (Lamas, 2013; Castells, 2018). Os resultados, vistos a seguir, evidenciaram não somente a importância das relações intergeracionais femininas no contexto estudado, mas dos legados das ribeirinhas, possibilitados na e pela ancestralidade, forjada em territórios de múltiplos afetos.

NARRATIVA EM UM ESPAÇO GEOGRÁFICO DE AFETO: UMA REVIVESCÊNCIA EM ANÁLISE

Nasci em um município do oeste da Bahia agraciado pelas águas fartas de dois grandes rios perenes, mas, ao mesmo tempo, também vítima da seca. Nas palavras de um dos meus irmãos – foi dele que ouvi o termo pela primeira vez - sou uma ribeirinha “beiradeira” do Rio Grande, já que não somente vivi e me servi deste rio por um longo período da minha vida, mas tenho o jeito cismado das mulheres que habitam as margens daquele rio. Ele não mentiu. Entre os gracejos que acompanharam essa afirmação na ocasião, percebi o quão exato era o termo, já que, de fato, não somente morei nas margens do Rio Grande por um considerável período da minha vida, mas fui apresentada em suas beiradas a uma “geografia afetiva” (Evaristo, 2020b) que, certamente, é uma das norteadoras do meu percurso de vida e de pesquisas.

A casa da minha avó paterna, na qual vivi por muito tempo, estava localizada bem próxima à beira do rio: bastava abrir o portão do quintal para, a poucos passos, estar nas águas do Rio Grande, que corriam entrelaçadas ao Rio São Francisco. E eu estava lá sempre. É deste lugar da pertença que busco narrar o que vi, vivi e aprendi junto às minhas ancestrais, quer seja junto às

águas, quer seja nas vivências em períodos de seca, também algoz de parte daquela terra, situada longe dos rios.

Sou ribeirinha, por nascimento, por identificação e pela relação que busco ter com os rios que atravessam a cidade onde nasci. Assim registro porque aprendi que nem todos os que nascem e residem à beira de um rio se intitulam ou são intitulados ribeirinhos, quer seja pela natureza do trabalho que desempenham ou pela posição social que ocupam, quer seja pela relação que escolhem ter com o rio (Lamas, 2013).

O ribeirinho ou a ribeirinha “compartilha, além de um evidente traço identitário coletivo e o apego ao rio, a preocupação em protegê-lo (da transposição, inclusive) e o desejo de revitalizá-lo” (Lamas, 2013, p. 66). É essa, assim, uma “identidade de resistência” (Castells, 2018), que cria trincheiras de “sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade” (Castells, 2018, p. 56), quando esses desvalorizam, estigmatizam e excluem determinados segmentos da população, em proveito de outros. Nessa “resistência de trincheira” (Lamas, 2013; Castells, 2018) estão aqueles (las) que, não somente tomam a beira dos rios como morada, mas escolhem cuidar desses importantes aquíferos.

O município onde nasci, que recebe hoje o nome de Barra, está situado às margens do Rio Grande. O percurso deste rio, que nasce na Serra Geral de Goiás, localizada no município de São Desidério (BA), não é totalmente solitário. Isso porque, em Barra, as suas águas se unem às de outro rio – o Rio São Francisco – sem que um se dilua no outro. Como as mulheres que labutam lado a lado nas suas margens, esses dois rios apenas compartilham um espaço, em um encontro de cumplicidade no mesmo leito que não anula o que cada um é. É desta forma que as águas cor de barro de um se irmanam ao tom escuro do outro, tornando possível distingui-los, em um espetáculo que sempre me fascinou, desde a infância.

Criado no ano de 1752 como “Vila de São Francisco do Rio Grande do Sul” o município teve a sua nomeação alterada para “Barra do Rio Grande”, em 1873. Posteriormente, em 1931, o nome foi simplificado para o atual. Conta-se que a região é terra natural dos nossos ancestrais originários, os primeiros habitantes do território brasileiro. Foi por volta do ano de 1670 que as terras começaram a ser subtraídas dos seus donos naturais, pois data desse período o surgimento de uma fazenda de gado, pertencente à Casa da Torre, chefiada por Francisco Dias d’Ávila. Foi também na região que os franciscanos ergueram uma capela e criaram uma aldeia para catequizar os povos nativos.

Hoje o município da Barra é parte do território de identidade composto por 16 municípios, denominado de Velho Chico, uma evidente alusão ao Rio São Francisco. Cabe esclarecer que o termo “Territórios de Identidades” traduz a regionalização territorial de municípios do estado da Bahia, mencionada pela Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007 (Bahia, 2007) e posteriormente ajustada, em 2015, pela Lei nº 13.468 (Bahia, 2015). A definição da cartografia que reuniu os 417

municípios baianos nos atuais 27 territórios considera não somente os aspectos físicos afins desses municípios, mas as semelhanças dos fenômenos sociais e culturais. Esse agrupamento, que tem a origem relacionada a movimentos sociais, é considerado hoje um importante norteador na formulação das políticas públicas da Bahia (SEI, 2018).

Certamente como aprendizado dos povos originários, a pesca e a agricultura de subsistência garantiram a vida tanto dos (as) ribeirinhos (as) quanto da população que residia em terras distantes dos rios neste município, de extensão considerável, mesmo nos dias atuais. Nas pequenas roças das famílias são plantados ainda hoje o milho, o feijão e a mandioca, conhecida pelos povos nativos. Essas terras são agraciadas pelo fluxo das águas do Rio Grande e do Rio São Francisco que, independentemente de estiagens, não secam ao longo de todo ano. Mais ainda: as cheias, que tornavam férteis suas margens, possibilitavam colheitas fartas para os agricultores familiares, sem os investimentos em adubos e fertilizantes, certamente inacessíveis para as famílias de camadas populares que habitam o seu entorno.

Contraditoriamente, a escassez de água também é abundante no município. Isso porque muitos vilarejos e roças, localizados mais distantes dos rios, não recebem com regularidade esse importante recurso. Nesses lugares, de longos períodos de seca, as dificuldades das famílias por não ter onde armazenar água nos escassos períodos chuvosos, embora hoje minimizadas pelas cisternas distribuídas de forma mais ampla pelo Governo Federal na região semiárida até o ano de 2018, ainda são comuns (Jayo e Caldas, 2017). Em um desses distritos, hoje pertencente ao município de Buritirama, criado em 1985 através do desmembramento de parte das terras de Barra, está localizada a casa onde a minha avó materna viveu. Conheci, assim, de perto, a realidade da abundância e da falta de água, já que, em virtude do adoecimento da minha mãe, alternei a moradia entre as casas das minhas avós materna e paterna durante a infância e a adolescência.

Era ao nascer do sol que as mulheres iniciavam a lida na beirada do rio, certamente motivadas pelas muitas tarefas da casa, as quais se somavam diferentes ofícios remunerados. Algumas eram também doceiras, bordadeiras, costureiras, artesãs ou responsáveis por pequenos empreendimentos, como era o caso da minha avó paterna. Outro motivo é que o sol escaldante, comum na região, impossibilitava a permanência em áreas descobertas até mesmo dos (as) nativos (as) acostumados (as) às altas temperaturas do oeste baiano. Esse era o caso das margens do rio, nas quais a remoção das matas ciliares já era comum.

Hoje os efeitos da remoção da vegetação do entorno do rio, que se intensificou ao longo dos anos que foram agravados pela exploração excessiva desses aquíferos, são sentidos no assoreamento de trechos significativos dos rios. Tal assoreamento dificulta, não somente a navegabilidade que tornou possível o trânsito de embarcações de grande porte no Rio São

Francisco até a segunda metade do século XX (Pereira, 2020), mas o aproveitamento dos seus cursos d'água pela população ribeirinha (Baggio, 2019; Coelho, Barros e Santana, 2014).

À beira do rio o movimento era intenso nas primeiras horas da manhã, e também aos sábados, dia em que eu, ainda menina, ia ao rio para lavar as pequenas peças do meu vestuário. Antes da ação, as recomendações da minha avó paterna: “roupa é que nem gente: têm peças que prejudicam outras, quando misturadas; sabão solto na água é desperdício; não se esqueça de quorar e de enxaguar bem a roupa, e, mais importante: água não tem cabelo: nada de banho no rio!”

Nos espaços entre as pequenas canoas e paquetes de madeira movidos a remo, que chegavam à beirada do rio com os peixes pescados à noite ou na alvorada, as mulheres se acomodavam para dar início ao processo de ensaboar, esfregar, quorar ao sol e enxaguar as trouxas de roupas que levavam ao rio, em grandes bacias de alumínio. A medida que cada peça de roupa era lavada, sem cessar o movimento irrequieto das mãos, elas também falavam. Como nas rodas de rodas de conversa nos quintais das suas casas, elas compartilhavam, não somente o sabão de dicuada¹, mas também os seus percursos de lutas e dores para garantir a sua própria sobrevivência e a de suas famílias. Desta forma, tal qual as cinzas presentes e reconfiguradas no sabão que usavam para renovar as roupas, elas pareciam renascer de um difícil cotidiano, ao se permitirem revelar o que viviam e sentiam nos contextos que as silenciavam. Era, assim, na cumplicidade de um “nós” constituído por outras mulheres, que atribuíam sentido ao narrado que elas compartilhavam e reconfiguravam o vivido (Ricoeur, 2006). Ali também eu aprendia a experimentar o sentido ontológico do que hoje sou, em consonância com os legados que recebia e que escolhia aceitar.

Entre uma narrativa e outra, ocorria também a negociação dos peixes com os pescadores retardatários. Exímias negociadoras forjadas na falta de tudo, as mulheres regateavam habilmente o preço das curimatás, dos surubins e dos mandins. Ao final, elas sacavam os poucos haveres que traziam cuidadosamente embrulhados em papel de pão e acomodados na alça do sutiã para pagar o peixe escolhido. Outras aproveitavam o tempo de quaragem das roupas para pescar os mandins e pequenos pias que, por vezes, passavam entre nossas pernas, enquanto a roupa era lavada. Como iscas eram usadas pequenas porções de miolo de pão, estrategicamente depositadas na ponta de anzóis prateados. Graças às pequenas chumbadas que eram amarradas ao lado desses anzóis, a isca afundava e os peixes eram facilmente fisgados.

¹ Sabão artesanal, feito antigamente por meio da dicuada de cinza.

Dali nos afastávamos a uma curta distância para “tratar”² os peixes: era a hora de extrair as escamas, retirar as vísceras e raspar a cavidade cuidadosamente com a faca, para retirar resíduos de sangue. O rio que proporcionava o peixe, recolhia também os dejetos dos pescados, atirados pelas mulheres na água corrente. Talvez as águas também levassem, naquele momento, as imposições e as negações que ali as mulheres evisceravam, ao narrarem os enredos do vivido a uma plateia de rostos conhecidos, também personagens inscritos pela escuta e pela interação ativa nas tramas narradas (Ricoeur, 2006).

Depois era hora de retalhar os peixes, em talhos simétricos, feitos com uma rapidez e maestria difícil de ser copiada. Como eu sempre era presenteada com mandins ou pequenos pias, tentava imitá-las, também nesse momento. Mais tarde os pescados eram transformados no almoço das famílias: o rio generoso não deixava faltar o alimento à mesa da população ribeirinha.

O recorte do cotidiano e da espacialidade das mulheres ribeirinhas, aqui apresentado, retrata que essas não estavam apenas restritas à casa. “[...] Lograr *“la autonomia individual”* ou pelo menos ensaiar esse exercício nesse contexto não estava relacionado *“la resistencia, la organización colectiva y la protesta por la movilización”* (Léon 2001, p.104), mas à sobrevivência das famílias que muitas gestavam. Certo é que, mesmo fortemente tolhidas pelas assimetrias de gênero que caracterizavam as instâncias sociais à época, o protagonismo das mulheres era fortalecido por um contexto socioeconômico que dependia também dos ganhos das pescadoras, das bordadeiras, das doceiras e das pequenas empreendedoras, entre outros.

Foi também às margens do rio que conheci a grandeza de outrora daquelas águas. Através das narrativas das minhas ancestrais, conheci a história de grandes embarcações, como foi o caso do vapor Benjamim Guimarães, um grande barco que percorria os trechos entre Juazeiro, na Bahia, e Pirapora, em Minas Gerais, através do Rio São Francisco. Tais barcos, que transportavam mercadorias diversas e correspondências, possibilitavam também o trânsito de passageiros. Por muito tempo essas embarcações foram o principal meio de ligação das cidades ribeirinhas que, como a Barra, estavam situadas distantes dos grandes centros urbanos baianos. Como tais, fomentavam o desenvolvimento econômico, ao facilitar não somente o trânsito de pessoas, mas a circulação de mercadorias .

Animadamente, as mulheres contavam da expectativa gerada pelo apito do vapor, que anunciava a sua chegada à cidade. Mulheres, homens e crianças se deslocavam das partes mais distantes do município à beira do rio para não somente ter acesso às mercadorias e receber os viajantes, mas comercializar os seus produtos. À frente de cada vapor, as carrancas, usadas para

² É assim, ainda hoje na cidade onde nasci, que é chamado o ato de escamar, eviscerar e retalhar os peixes para o cozimento.

espantar os maus espíritos. De acordo com o que aprendi, os navegantes do São Francisco sabiam que, para entrar nas águas necessitavam respeitar o rio, caso contrário seriam vítimas de maus agouros. A carranca era um sinal desse respeito.

O valor do trânsito fluvial para a região apontado pelas mulheres pode ser verificado em diferentes documentos legais, como é o caso do decreto federal n. 9.963 de 26 de dezembro de 1912. Esse documento estabelecia, entre outros, a periodicidade de viagens às empresas responsáveis por essas embarcações em trechos longínguos baianos, nos quais o município da Barra também estava incluído, conforme se verifica a seguir:

O contractante obriga-se a fazer:

quatro viagens mensaes de ida e volta entre Joazeiro e Pirapora com as seguintes escalas obrigatórias: Santa Anna, Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, Chique-Chique, Icatú, **Barra**, Morporá, Bom Jardim, Urubú, Lapa, Carinhonha, Manga, Morrinhos, Jacaré, Januario, S. Francisco, S. Romão, Extrema e Guaicuhy; e as seguintes escalas facultativas: Oliveira, Queimadas, Marrecas, Extrema do Urubú, Igarahy, Bôa Vista, Sitio do Matto, Malhada, Pedra da Maria da Cruz e Barra do Paracatú (BRASIL, Decreto n. 9.963/1912. Artigo único) (grifo nosso)

Nas narrativas que eu escutei à beira do rio, as tristezas também eram verbalizadas ou verificadas no olhar das mulheres que relembavam os irmãos, os pais, ou companheiros, carregados pelo êxodo rural através dos vapores que navegavam no rio São Francisco. No movimento que ditou e ainda dita a migração da população nordestina para outras partes do estado e do Brasil, elas lembraram que era comum a partida de membros das famílias em busca de melhores condições de trabalho ou de continuidade na educação formal. Outras denunciaram a desilusão oriunda do exôdo, configurada pelo desemprego, pela dificuldade de acesso à educação dos seus familiares imigrantes, mais suscetíveis às desigualdades nos grandes centros urbanos. Como elas diziam, a volta para muitos parava nos planos, como bem denunciava Patativa do Assaré nos versos do cordel “A triste partida” (1965), popularizados por Luiz Gonzaga, que narra a saga dos nordertinos imigrantes para o sudeste brasileiro:

Nós vamo à Sã Palo, que a coisa tá feia
Por terras alêia
Nós vamo vaga
Se o nosso destino
Não for tão mesquinho
Prô mêrmo cantinho
Nóis torna a vortá.
[...]

Trabáia dois ano; Três ano e mais ano
E sempre no prano
De um dia inda vim.
Mas nunca ele pode, só vive devendo

80

E assim vai sofrendo
Tromento sem fim.
[...]
O tempo rolando, vai dia, vem dia,
E aquela família
Não vorta mais não!
(ASSARÉ, 2007, p. 50-54)

É certo que também as famílias barrenses migravam e algumas não mais voltaram. Motivados pelo crescimento das indústrias e das grandes metrópoles, notadamente a partir da década de 1930 (Abreu, 1992), muitos membros da minha família, entre os quais me incluo, a exemplo de outros (as) jovens da região, partiam para estudar ou trabalhar, principalmente no entorno do centro-sul brasileiro.

Como a malha rodoviária na região era precária, fato que perdurou até recentemente, era natural a utilização dos vapores, que constantemente chegavam à região. As águas foram assim, por muito tempo, a estrada. Dessa forma, a “geografia afetiva” (Evaristo, 2020b) que traduz o vivido no espaço de nascença, de vivência, e, sobretudo, de pertença das minhas ancestrais, embora “borre” (Evaristo, 2020; 2020b) os registros históricos oficializados, é, por vezes, confirmada por esses mesmos registros, como aqui evidenciado.

Há muito os vapores que garantiam o trânsito e contribuíram para o fomento da economia na região, não mais são vistos em Barra. Hoje, mesmo as pequenas embarcações que ainda teimam em transportar pessoas, são vitimadas pelo baixo volume da água do Rio Grande e do Rio São Francisco, na maior parte do ano. Como consequência, “trajetos feitos anteriormente em linha reta devido à baixa vazão do rio, atualmente precisam de longos deslocamentos para desvios dos diversos bancos de areia” (Coelho; Barros; Santana, 2014, p. 15-16).

No contexto atual de escassez dos cursos d’água e da situação socioeconômica do território, que ainda dificulta a fixação da permanência da população nativa (Pereira, 2021), as leis que estabelecem “o uso múltiplo das águas” (Brasil, 1977), são questionadas pela população ribeirinha (Coelho, Barros e Santana, 2014). Esse é caso da Lei Federal nº 9433/97 (Brasil, 1977), que estabelece no Brasil a Política Nacional de Recursos Hídricos: ao enfatizar a “democratização” de utilização dos recursos hídricos, fortalece a exploração das águas pelo setor elétrico, de irrigação, das indústrias e de saneamento, e, por consequência, pelos projetos relacionados à transposição. Nesse contexto, não é demais perguntar: qual lugar caberá aos ribeirinhos e às ribeirinhas de rios como o São Francisco e o Rio Grande, que hoje não conseguem mais proporcionar atividades básicas, como a navegação, a pesca ou mesmo o contínuo abastecimento público de água? Talvez seja a hora de ir ao encontro das mulheres que bebem e legam a sabedoria dos rios na partilha das

conversações, para aprender a desatar os nós de um cotidiano que ainda perpetra violências e reclama reinvenções.

(IN) CONCLUSÕES:

O miúdo do cotidiano vivido revela imprevisibilidades, mas também pessoas grávidas de dizeres que podem nos afetar e provocar rupturas com lógicas e crenças apreendidas. Este é o caso das ribeirinhas. Suas narrativas, conforme visto neste artigo, descortinam e provocam o olhar para os saberes, forjados na partilha solidária e democrática de encontros que são, sobretudo, abertos ao encontro com o (a) outro (a). Neste movimento, que desvela o valor dos legados intergeracionais e a percepção da complexidade de um mundo de pessoas plurais e de vivências múltiplas, são apontados os caminhos para seguir adiante, no tempo presente e no devir.

É desta forma que, ao reconhecer e aceitar os legados que recebemos das nossas ancestrais, assumimos a responsabilidade esperada de uma ribeirinha em um tempo ancestral que é, sobretudo, vivo. Se a elas coube narrar o vivido, cabe a nós, no percurso também por elas possibilitado e que escolhemos trilhar, ampliar o que recebemos para também legar. Como os galhos ofertados pela natureza que já trazem dentro de si as carrancas, esses legados estão em nós. Cabe-nos a lapidação, dar a luz ao que permance à sombra, para faze-los aparecer.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P.. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ASSARÉ, P. **Antologia poética**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BAHIA. **Lei nº 10.705 de 14 de novembro de 2007**. INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, PARA O PERÍODO DE 2008-2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-10705-2007-bahia-autoriza-a-abertura-de-credito-especial-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias>. Acesso em 05 mai.2023.

BAHIA. **Lei nº 13.468 de 29 de dezembro de 2015**. Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13468-2015-bahia-institui-o-plano-plurianual-participativo-ppa-do-estado-da-bahia-para-o-quadriênio-20162019>. Acesso em 05 mai.2023

BRASIL. **Decreto n.9.963 de 26 de dezembro de 1912**. Autoriza a inovação do contrato para o serviço de navegação do rio São Francisco. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9963-26-dezembro-1912-528204-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10 jun.2023.

BRASIL. **Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1977**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. D.O.U de 09/01/1997, pág. nº 470.

BAGGIO, L. O Velho Chico está sendo soterrado. **Revista do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. CBHSF, Nº 06, DEZ 2019, 22-26.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

COELHO, R; BARROS, V; SANTANA, A. É hora de virar carranca! **Revista do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. CBHSF, Nº 04, MAI 2014, 14-16.

DERRIDA, J. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. **Revista Cerrados**, v. 21, n. 33, 2012.

ELLIS, Carolyn e BOCHNER, Arthur P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity. In: Norman K. Denzin & Yvonna S. Lincoln (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.

EVARISTO, C. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (org.) **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a.

EVARISTO, C. A escrivência serve também para as pessoas pensarem.[Entrevista concedida à] **Tayrine Santana**, Itaú Social, e **Alecsandra Zapparoli**, Rede Galápagos, São Paulo. In **Portal de Notícias Itaú Social**. 9 de novembro de 2020b. Disponível em <https://www.itausocial.org.br/noticias>. Acesso em 10 jun. 2023.

IBGE. **História**: Buritirama, Bahia: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/buritirama/historico>. Acesso em 07 jun.2023

GAMA, F; RAIMONDI, G. A.; BARROS, N. F.. Apresentação -Autoetnografias, escritas de si e produções de conhecimentos corporificadas. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana n. 37 / 2021. P. 1-10 <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21300.a>. Acesso em 10 jul.2023.

GUATTARI, F; ROLNILK, S. **Micropolítica**: cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

JAYO, M.; CALDAS, E. L. A cisterna que caiu do céu: políticas públicas e desenvolvimento local no semiárido brasileiro. **Revista Alcance**, vol. 24, núm. 2, pp. 272-284, 2017

LAMAS, M. A. S. São Francisco: o rio pelo seu povo. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

LÉON, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro de primer y tercer mundos en los estudios de gênero. **La Ventana**, n. 3, p.94-106, 2001.

MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**: ensaios, discursos e reflexões. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ONU Mulheres, UNFPA, ACNUR. Carta - Manifesto: Zero violência contra mulheres e meninas. *In*: **MOVERSE - Convite à Ação**: Compromisso conjunto para a integração econômica e social de mulheres refugiadas e migrantes no Brasil. São Paulo: ONU Mulheres, UNFPA, ACNUR, 2022. Disponível em : <https://www.onumulheres.org.br/biblioteca-digital/publicacao.php>. Acesso em 26 jul.2023.

PEREIRA, A. R. Os Vapores do Rio São Francisco: Sobre vivências dos moradores ribeirinhos (1957/1972). **XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR**. Paraná: Anais do ANPUH-PR, 2020. Disponível em https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1597689717_ARQUIVO_33c11fdade21ee9dc49e9f9804dcf3cc.pdf. Acesso em 10 jun.2023

PEREIRA, É. R. M.. Território de identidade Velho Chico (Ti Velho Chico): possibilidades para transformação de condições socioeconômicas vigentes e observadas na bahia do século XXI. **XX Semana de Economia da UESB**: Desafios em um cenário pandêmico (Anais). Vitória da Conquista: UESB, 2021. Disponível em http://www2.uesb.br/eventos/semana_economia/2021/index.php?pagina=anais-2021. Acesso em 05 mai.2023.

RICOEUR, P. **O percurso do reconhecimento**. Trad. Nicoláis Nyimi Campanário. Editora Loyola. São Paulo, 2006.

RAIMONDI, G. A.; C.; BRILHANTE, A. V.; BARROS, N. F. A autoetnografia performática e a pesquisa qualitativa na Saúde Coletiva: (des)encontros método+lógicos. **Caderno de Saúde Pública**. Dezembro de 2020. Vol. 36, n° 12, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QpHzDBkR6cLpWjttVfxm7LP/abstract/?lang=pt> . Acesso em 10 jul.2023.

SEI, (SEI). Perfil dos Territórios de Identidade. Salvador: **SEI**, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3)

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24^a ed. São Paulo: Cortez, 2018.

VERSIANI, Daniela G.C.B. 2005. **Autoetnografias**: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

